

**GUSTAVO MAULTASCH**

**CONTRA**

**TODO**

**CENSURA**

**PEQUENO TRATADO SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO**



**GUSTAVO MAULTASCH**

**CONTRA**

**TODA**

**CENSURA**

**PEQUENO TRATADO SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO**



À minha avó materna, sobrevivente do Holocausto

À minha avó paterna, dissidente do coronelismo

Por terem me ensinado, com o exemplo de suas  
vidas, o valor da Liberdade.

# Introdução

---

## 1

Há épocas históricas em que nada acontece: a vida passa em paz, naquela monotonia sublime de quem cochila durante a viagem por uma rota cênica. E há momentos na história em que as coisas se revolvem, mudam, giram, invertem-se, como se estivéssemos capotando na estrada; estão sentindo o carro rodar? Estão sentindo a turbulência, a pressão no corpo, a dor no pescoço?

Muitos não estão nem sentindo, ou talvez estejam até gostando; talvez não sintam o perigo porque ele ainda se encontra mais no espírito do tempo – no clima das ideias – do que propriamente no conjunto das ações concretas da história: quantas pessoas realmente foram presas por dizerem o que pensam? Quantas pessoas realmente são censuradas? São poucas, dizem. Ou ainda: se alguém foi preso ou censurado é porque provavelmente disse mesmo “algo que não devia”, fez “discurso de ódio”, propagou “*fake news*”, promoveu ideias “negacionistas”, “anticientíficas”, “antidemocráticas”, ou “atacou” as instituições; então por que tanto “choro” e reclamação? Ainda é pouco para nos preocuparmos – dizem os inocentes, os incautos e, evidentemente, alguns mal-intencionados.

Escrevi este livro com dois objetivos em mente. O primeiro, ligar o alerta de que vivemos numa época de grande reversão, em que o antigo consenso pós-redemocratização em prol das liberdades fundamentais, em especial da Liberdade de Expressão, encontra-se enfraquecido e sob forte ameaça. É crescente o número de pessoas que têm abandonado o princípio fundamental da Liberdade de Expressão para aderir à crença no debate público tutelado, na ideia de que um debate público saudável é aquele em que uma classe superior detém poder para determinar, em nome do “bem”, aquilo que pode ou não pode ser dito.

O segundo objetivo é fazer uma defesa da ampla Liberdade de Expressão, com alguns argumentos novos e outros já consagrados, na expectativa de que possamos retomar a sua defesa em bases mais sólidas. Há muitas ideias vis, cruéis, imorais, ofensivas ou simplesmente erradas no debate público, mas essas ideias devem ser julgadas e combatidas com outras ideias, com ideias melhores, e nunca por meio da proibição, da censura, ou do silenciamento via a perseguição justiceira das hordas; e elas devem ser contestadas por nós, cidadãos e indivíduos, por nosso livre-pensar e livre-manifestar, e nunca por meio de órgãos do estado, de ministérios da verdade, ou outras instituições paternalistas que se julgam superiores e que assim se arrogam a função de determinar aquilo que podemos ler ou ouvir.<sup>1</sup>

## 2

Antes de seguirmos adiante, preciso dar um aviso. Muito embora eu faça algumas referências ocasionais a leis nacionais e a decisões dos nossos tribunais, este livro não é um manual jurídico nem uma apresentação acadêmica do tema.

Meu objetivo aqui não é descrever como o governo brasileiro regula a Liberdade de Expressão atualmente, em especial porque a visão hoje cristalizada em lei (e validada pelos tribunais) é uma visão demasiado paternalista e tutelada do debate público, a qual minimiza a autonomia individual, desconfia da nossa maturidade em conduzir-nos no ecossistema de informação e, por isso, não corresponde aos anseios por maior liberdade do nosso país.

Lei sozinha nenhuma sustenta a liberdade sem o apoio das consciências e da cultura. Além de pensarmos e discutirmos as leis, precisamos promover as ideias da liberdade, para assim conquistarmos corações e mentes. Espero que o livro contribua para esse debate, apresentando uma forma mais livre e menos tutelada de se pensar a Liberdade de Expressão.

JULHO DE 2022.

# 1. Defendendo o inimigo

---

## 1

Como o escritor Phil Kerby disse certa vez, “a censura é o impulso mais forte da natureza humana; em segundo lugar, bem distante, vem o sexo”.<sup>1</sup> A libido censória, esse ímpeto de querer silenciar os outros – via censura estatal ou coerção social –, é de fato um dos instintos fundamentais da nossa existência: se alguém está muito certo da virtude de suas crenças, e certo da vileza da opinião alheia, o impulso natural costuma ser o de procurar conter e silenciar aqueles que ousem publicar suas ideias julgadas inaceitáveis.

O problema é que todo censor é forçado a viver um dilema: por mais poder que ele detenha para silenciar opiniões, por mais absoluta que seja a sua autoridade formal, ele sempre sofre com o estigma do autoritarismo e da ilegitimidade de sua função.<sup>2</sup> É por isso que “sou contra a liberdade de expressão” é frase que mesmo o mais explícito dos autoritários hesita em proferir; a Liberdade de Expressão tem uma exuberância humanista, um brilho simbólico, um viço moral que nos compele a reconhecê-la como elemento fundamental da nossa existência: parte essencial da vida é poder dizer o que pensamos, entendendo que esse direito também é concedido aos demais, num ambiente em que se tolera a existência da opinião divergente, impopular e excêntrica. O poder simbólico dessa ideia é tão cogente, tão atraente e invencível, que mesmo o autoritário evita contrapor-se a ela de maneira explícita.

Assim como diversos regimes ditatoriais chamam a si mesmos de “república popular democrática” – muito embora eles não sejam nem repúblicas, nem populares, nem democráticos –, o autoritário que se opõe à Liberdade de Expressão precisa disfarçar sua posição para adequá-la ao brilho simbólico mencionado; ele continuará explicando a sua posição autoritária como uma “defesa da Liberdade

de Expressão”, muito embora ela não seja, de verdade, uma defesa dessa liberdade. Não se trata apenas de uma pressão externa, mas também de uma demanda interna mesmo: como vou-me olhar no espelho se eu descobrir que sou contrário à Liberdade de Expressão? Não dá, seria uma insuportável dissonância cognitiva; então eu não sou contra a Liberdade de Expressão, eu sou a favor, sou o seu maior defensor, não há alma no mundo que mais a adore do que eu! E a partir daqui, a partir desse autoengano, o censor sente-se livre para censurar enquanto jura para si mesmo que age em nome da Liberdade de Expressão.

O censor quer (ou entende ser necessário) proibir *algumas* opiniões (as quais, por acaso, não são as dele). Mas ele não pode simplesmente dizer “permitam-se as opiniões do nosso lado e proibam-se as do outro”, pois essa retórica excessivamente sectária e facciosa jamais conquistaria o apoio necessário junto ao público e às instituições. E assim ele passa a construir um molde retórico que reafirme um apreço genérico pela Liberdade de Expressão enquanto que, ao mesmo tempo, ofereça um alibi conceitual para o silenciamento das opiniões indesejadas.

É por isso que, dentre outras razões, a luta pela Liberdade de Expressão não é tão simples e direta; há muito preconceito cognitivo e prestidigitação retórica servindo de obstáculo ao real entendimento do tema. Não é uma luta clara, em que os lados estão bem separados e definidos; ao contrário, todos se julgam do lado da Liberdade de Expressão – e assim, para além dos detalhes do tema em si, é preciso enfrentar toda a sorte de falácias utilizadas pela mente censora.

## 2

Liberdade de Expressão significa que todo ser humano é livre para pensar ou não pensar o que quiser, e para dizer ou não dizer o que quiser; nenhuma autoridade, governo ou qualquer outro tipo de liderança deve deter o poder de perseguir, silenciar ou censurar alguém por causa de suas ideias. Ser livre para se expressar significa ser livre de coerção; significa que um país livre deve levar a sério a Liberdade de Expressão de seus cidadãos, e deve protegê-los da coerção e da violência que os tente silenciar.

O princípio da Liberdade de Expressão não existe para que se possa dizer aquilo que todo mundo quer ouvir; ele não existe para promover aquilo que a maioria e os mandarins consideram cordial, certo, bom, belo, justo ou sublime; isso já é aceito e permitido de qualquer jeito, mesmo sem a Liberdade de Expressão. A opinião harmoniosa com a convenção, a ortodoxia e o dogma de uma época sempre tiveram curso livre e irrestrito, até nas mais violentas autocracias: nunca faltará liberdade para quem quiser elogiar o governo e genufletir à tecnocracia iluminada. (É por isso que, aliás, os casos julgados e os temas mais polêmicos e debatidos sobre Liberdade de Expressão envolvem precisamente os discursos mais odiosos; se assim não fossem, se fossem discursos amorosos, eles não gerariam controvérsia suficiente para atrair atenção no debate público.)

O princípio da Liberdade de Expressão existe precisamente para proteger o discurso dissidente; ele existe para permitir aquilo que o pensamento hegemônico considera ofensivo, errado, ruim, feio, injusto ou hediondo; ele protege o discurso que nós consideramos vil e odioso, em especial se proferido por pessoas que julgamos desprezíveis. Se ele protege até isso, ele protegerá todo o resto – e assim nós teremos, sob a força inabalável desse princípio, a liberdade para pensar, falar e criticar o que quisermos. É preciso, assim, defender a livre-expressão de todos, inclusive a dos nossos maiores e mais odiosos inimigos.<sup>3</sup>

O filme *O Povo contra Larry Flynt* (1998) traz um ótimo exemplo dessa postura cívica. O filme narra a história de Larry Flynt, conhecido pornógrafo e dono da revista adulta *Hustler*. Nos anos 1980 ele publicou uma histórica satírica e obscena sobre Jerry Falwell, líder de um grupo conservador cristão. Falwell processou Flynt, ganhou nas primeiras instâncias, mas a decisão foi revertida na Suprema Corte dos Estados Unidos. No filme, ao defender a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos (emenda essa que garante a Liberdade de Expressão, dentre outras liberdades), Larry Flynt afirma que se a Primeira Emenda “protegerá um canalha como eu, então ela protegerá todos vocês. Porque eu sou o pior”<sup>4</sup>.

Respeitar a Liberdade de Expressão alheia significa não coagir, não silenciar, não impedir que o outro fale, mesmo que suas ideias sejam abomináveis. Mas isso não significa, claro, que precisemos concordar com suas ideias infames; ao contrário, temos o direito e o dever de usar a nossa Liberdade de Expressão para combatermos, no debate público, as ideias que julgamos insidiosas. Quando defendo que um racista deva ter Liberdade de Expressão para proferir seus preconceitos, não estou dizendo que concordo com ele, nem que a sua ideia seja boa ou virtuosa; muito



pelo contrário, julgo o racismo uma das ideias mais repugnantes que o ser humano já concebeu. A questão é saber qual seria a melhor maneira de combater esse tipo de discurso, em especial quando se consideram os riscos envolvidos na regulação estatal. Pelos motivos que apresentarei ao longo deste livro, creio que mesmo a expressão repugnante deve contar com a proteção da Liberdade de Expressão.

### 3

Sendo a minha uma família judia, você deve imaginar o quão sensível sempre nos foi o debate em relação a temas como nazismo e Holocausto. E em especial na minha casa, pois minha avó materna foi sobrevivente dos campos de concentração e morava com a gente (até o seu falecimento em 1996), tendo sido uma segunda mãe para mim. Nos anos 1940, ainda adolescente, minha avó foi deportada a um campo de concentração, viu o seu pai ser assassinado na sua frente e foi escravizada em campos de trabalho; ao final da guerra, não havia sobrado ninguém de sua família: pais, irmãos, tios, primos, haviam todos sido assassinados. Temas como perseguição e extermínio dos judeus não eram apenas eventos históricos ou algo que ocorreu com outros judeus como eu; eu tinha ali na minha casa, criando-me e educando-me, alguém que sobrevivera diretamente à tragédia.

Menciono essa história apenas para dar a dimensão do quão sensível o tema do Holocausto era (e ainda é) para a minha família; mas mesmo assim, mesmo nesse contexto, o tema era até difícil, mas nunca se tornou tabu. Por exemplo, lembro de debatermos a censura a obras nazistas: devem-se proibir livros nazistas? O livro de Adolf Hitler (*Minha Luta*), por exemplo, deve ser proibido? Devemos proibir para que ninguém seja influenciado por suas ideias malignas? Ou devemos permitir a publicação para que sejamos alertados sobre a existência dessas ideias e, portanto, para que possamos melhor as combater?

E imaginemos que pudéssemos proibir determinadas ideias de circularem; quem adjudica, quem decide o que é certo? Quem tem a autoridade para definir que ideias podem ou não podem ser defendidas? Quem é confiável o suficiente para deter essa autoridade?

E se alguma instituição detiver o poder de definir as ideias permitidas, o que ocorre se essa autoridade nos trair? Quem pode garantir que todo o aparato burocrático para limitar a Liberdade de Expressão jamais cairá em mãos erradas? E se um dia a autoridade resolver que nós, os judeus, é que temos ideias malignas, como tantas vezes no passado já ocorreu?

Veja-se por exemplo a aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, da Resolução 3379 (de 1975), que determinou que o “sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial”. Ora, o sionismo nada mais é que a autodeterminação nacional do povo judeu, ou seja, a filosofia e o movimento político para a constituição de seu estado nacional. Se sionismo for racismo por excluir outras nacionalidades, então qualquer outro nacionalismo também é racista, haja vista que é da essência de todo estado nacional recusar status de cidadania a pessoas que não sejam seus nacionais. Por essa lógica, todos os países seriam racistas; então por que condenar apenas um deles? Por que destacar, singularizar, por que tratar de maneira diferente apenas o estado nacional dos judeus?

Veja-se aqui a concretização do risco que mencionei acima: o sionismo, um movimento de autoafirmação de um povo perseguido para se erguer dos genocídios do antissemitismo, agora é ele mesmo denominado como racismo! Esse é precisamente o risco: proíbe-se o discurso racista e, em seguida, é o antirracista que acaba sendo redescrito como “racista” e tem, assim, a sua expressão silenciada. (O Brasil votou a favor da resolução, a qual foi revogada apenas em 1991.)<sup>5</sup>

Não é um assunto simples, evidentemente. Mas a minha visão aqui sempre foi bem clara: se alguém está difamando o meu grupo, se alguém está promovendo ódio à minha etnia, melhor é que eu saiba antes; e é melhor que a Liberdade de Expressão seja o mais ampla possível, para que possamos conhecer a origem e, assim, combater as ameaças da maneira e no tempo mais apropriados.

Democracia e Liberdade são muitas vezes caóticas, e é evidente que a ocorrência de discursos ofensivos provoca desconforto e indignação; mas esse é o preço que pagamos para manter a nossa liberdade, para evitar a tirania. Se eu conceder poder ao estado para limitar o que pode ser dito, jamais saberei onde ele irá parar, e assim eu mesmo corro o risco de me tornar vítima de sua investida autoritária. O povo judeu já foi, demasiadas vezes, vítima do ímpeto censório, persecutório e genocida de diversos estados, e não podemos cometer os mesmos erros do passado; deixa o antissemita falar – desde que, é claro, nós também tenhamos a Liberdade de Expressão para apontar-lhe o dedo e demonstrar a falsidade e a torpeza de seus

argumentos. Ter de aguentar algumas sórdidas declarações antissemitas parece-me um cenário menos ruim, bem menos arriscado, do que dar ao governo o poder de escolher quem pode falar o quê.

## 4

Nós vivemos tempos tão estranhos à liberdade – tempos tão esquisitos em que mesmo pessoas ditas “liberais” defendem a supressão do discurso que as ofende, e em que pessoas supostamente conhecedoras da lei inventam crimes que não existem (como “gordofobia” ou “disseminação de *fake news*”) – que a noção de que alguém possa querer ouvir o inimigo pode parecer estranha.

Nos anos 1970 havia um programa de televisão nos Estados Unidos, produzido pela WHYY-TV (uma afiliada da PBS – Public Broadcasting System), chamado *Black Perspective on the News*. O programa, que promovia debates sobre temas contemporâneos, era produzido por dois jornalistas negros, Reginald Bryant e Acel Moore. Segundo Wayne Dawkins, o programa foi “revolucionário para a sua época”, e “em vez de jornalistas negros entrevistando apenas pessoas negras, os produtores convidavam pessoas brancas também”.<sup>6</sup>

Num episódio apresentado em 1977,<sup>7</sup> eles convidaram Frank Collin e David Duke para um debate. Collin era um dos nazistas mais conhecidos dos EUA, à época líder do Partido Nacional-Socialista dos EUA, e Duke era um dos líderes da Ku Klux Klan, uma organização que promove a vil ideologia do supremacismo branco. Deixe-me dizer de novo, e recomendo ao leitor que leia novamente, mas, desta vez, bem devagar: dois jornalistas, negros, convidaram um líder do nazismo, e um líder do movimento supremacista branco, para um debate. O debate contou com a moderação de Bryant e, ainda, com a participação de dois intelectuais, também negros: Lawrence Riddick (professor visitante de Harvard) e Charles King (presidente do Atlanta Urban Crises Center).

Mesmo antes de sua transmissão, o programa gerou controvérsias e protestos, e algumas emissoras afiliadas afirmaram que não o transmitiriam. Reginald Bryant, que além de coprodutor moderava o programa, sofreu ameaças de morte e teve sua casa atacada com sangue de porco.<sup>8</sup>

Ao falar sobre o episódio, Reginald Bryant disse: “A maior parte do que eles [Frank Collin e David Duke] dizem é puramente incendiário e factualmente incorreto. (...) Mas ainda assim é um episódio polêmico, com conteúdo tendente a ofender a sensibilidade de alguns dos nossos telespectadores. Ainda que nós do *Black Perspective* sejamos sensíveis a esse fato, sentimos que o nosso programa não pode deixar de expor os dois pelo que eles são. E é aí que reside o seu valor; não há nenhuma dúvida na minha mente de que esses homens são mais perigosos quando empurrados para o submundo.”<sup>9</sup>

Ideias odiosas que correm apenas no submundo não são ouvidas ou conhecidas, e assim não podem ser antecipadas ou combatidas em seu nascedouro. Se nós nos recusamos a ouvir essas ideias, não desenvolvemos os contra-argumentos necessários para limitar a sua influência na sociedade. Quando essas ideias alcançarem momento e massa crítica, e assim explodirem para fora do submundo, poderá ser tarde demais. A lição de Reginald Bryant e Acel Moore é que ideias vis devem ser combatidas de frente, às claras, para que sua vileza seja exposta pelo nosso escrutínio. Para bater e derrotar é preciso fazer contato, conhecer e enfrentar – antes que seja tarde demais.

## 5

Em 1977, neonazistas liderados pelo já mencionado Frank Collin tentaram realizar uma marcha em Skokie, uma cidade pequena, à época com cerca de 70 mil habitantes, localizada no subúrbio de Chicago (estado de Illinois, EUA). A princípio, seria uma cidade pequena qualquer, salvo por uma característica demográfica: metade de sua população era judia, muitas das quais sobreviventes do Holocausto. Como era de se esperar, a possibilidade de realização de uma marcha nazista na cidade fez ressuscitar uma série de memórias e traumas nas vítimas do nazismo, e muitos dos habitantes decidiram que em hipótese alguma a marcha deveria ser permitida. Muitos se dispuseram, inclusive, a responder com violência. O caso gerou grande comoção nacional, e até hoje é considerado um dos principais casos

(se não o principal caso) de proteção da Liberdade de Expressão para discurso de ódio<sup>10</sup> nos EUA.<sup>11</sup>

Para evitar a realização da marcha, o governo de Skokie iniciou uma ação judicial contra Collin e criou uma série de decretos para proibir, ou pelo menos dificultar bastante, a realização de manifestações (como, por exemplo, um decreto que exigia 350 mil dólares em caução contra vandalismos e demais eventuais prejuízos). O problema é que, segundo a Constituição dos EUA – e em especial a sua Primeira Emenda, sobre a qual falaremos nos próximos capítulos –, a Liberdade de Expressão tem uma proteção quase absoluta, sendo *praticamente impossível proibir uma manifestação pacífica, ainda que o tema seja extremamente ofensivo*. Na visão americana da Liberdade de Expressão – a qual defendo como norte para o Brasil contemporâneo –, por mais odioso que seja o discurso, enquanto ele permanecer no âmbito do discurso – e não incitar diretamente a violência –, ele deve ser protegido pelo princípio da Liberdade de Expressão.

Por ver-se impedido de se expressar, Frank Collin ligou para a ACLU – a American Civil Liberties Union, uma ONG fundada em 1920 dedicada à defesa das liberdades fundamentais – para solicitar apoio jurídico para pleitear, na justiça, o direito à realização da marcha. No plano jurídico, o caso não apresentava nenhuma dificuldade, nenhuma controvérsia: como dito, nos EUA a Liberdade de Expressão garante a livre-manifestação inclusive de ideias moralmente abomináveis. E assim, depois de algumas idas e vindas judiciais envolvendo não apenas a Suprema Corte de Illinois mas também a Suprema Corte dos EUA, a marcha foi autorizada. (Por uma série de motivos, no entanto, Frank Collin acabou negociando com o Departamento de Justiça dos EUA e aceitou realizar a marcha em Chicago em vez de Skokie, o que ocorreu em 24 de junho de 1978.)<sup>12</sup>

Muitos não entenderam a posição de princípio da ACLU, que aceitou defender juridicamente os nazistas e, assim, foi bastante criticada, sofreu enorme perda de filiados e teve inclusive alguns de seus líderes ameaçados.<sup>13</sup> O fato curioso aqui é a composição da ACLU, que em seus quadros tinha mais judeus que no meu bar-mitzvah: Norman Dorsen, então presidente; Aryeh Neier, o diretor-executivo à época, não apenas é judeu como nasceu na Alemanha, tendo escapado do nazismo; Ira Glasser, que assumiu a diretoria executiva em 1978 e também defendeu a posição da ACLU no caso, também é judeu; assim como o advogado da ACLU que defendeu diretamente os neonazistas, David Goldberger.<sup>14</sup>

Em seu livro *Defending My Enemy: American Nazis, the Skokie Case, and the Risks of Freedom* – de cujo título me apropriei para intitular este capítulo –, Aryeh Neier afirma que apoiou a Liberdade de Expressão dos nazistas em Skokie precisamente “para poder derrotar nazistas. Defender o meu inimigo é a única maneira de proteger uma sociedade livre dos inimigos da liberdade”.<sup>15</sup> Regimes que se desviam gradualmente para o autoritarismo não iniciam sua escalada autoritária atacando os grupos mais afáveis e bem-vistos pela população; isso geraria uma grande reação – da mídia, da academia, das ordens dos advogados e muitas outras instituições –, e assim frustraria o plano tirânico do governo.

A perseguição, a restrição de direitos e a censura sempre se iniciam direcionadas contra aqueles tipos de pessoas e de discursos considerados impopulares e indesejáveis; por isso é que é comum que muitos se resignem ou julguem até toleráveis esses primeiros avanços da libido censória: o sujeito exagerou, ninguém pode falar isso, ele meio que mereceu mesmo, né. O problema é que, como se sabe, todo poder corrompe-se, e em breve pessoas e discursos “desejáveis” também passam a ser alvos de silenciamento e censura. Quando menos se espera, o medo se espalha e todos estaremos receosos de dizermos palavras “erradas” na direção “errada” (ou seja, na direção daqueles que detêm poder).

Para evitar esse cenário de tirania, para evitar que essa libido censória cresça e conquiste poder e legitimidade, é preciso combatê-la em seu nascedouro, onde quer que ela comece a aparecer. Como diz o jornalista Glenn Greenwald, “quando governos e outros centros de poder querem legitimar um certo poder com o qual outras pessoas podem se sentir desconfortáveis, eles sempre atacam as pessoas mais impopulares, o caso mais fácil de as pessoas não se importarem; e é por isso que, se você quiser defender esses direitos, você precisa chegar nesses lugares onde as pessoas estão expressando as piores e mais impopulares opiniões”.<sup>16</sup>

É fácil tolerar a censura quando ela atinge os nossos adversários, ou quando atinge pessoas que tenham opiniões claramente vis e repugnantes; o problema é que isso não apenas cria precedentes, como nos acostuma com o papel do estado censor, com o papel da burocracia de definir o que pode e não pode ser dito; e é assim que, aos poucos, cada vez mais setores da sociedade passam a aprovar, ou pelo menos a aceitar resignadamente, a intromissão do estado na Liberdade de Expressão. Como diz Aryeh Neier, “seria mais prazeroso para os defensores da liberdade reunirem-se em torno das causas de uma classe melhor de vítimas. Mas se nós esperarmos até que as pessoas agradáveis se tornem vítimas, pode ser

tarde demais. O primeiro lugar a se defender a liberdade é o primeiro lugar em que ela é negada”.<sup>17</sup>

Esse processo de normalização da censura, de habituação da população com o autoritarismo, traz riscos enormes, e alguns autores apontam que isso inclusive ocorreu na Alemanha dos anos 1930, quando o regime nazista se beneficiou da burocracia e da cultura censórias que havia no período anterior à sua ascensão. Em seu estudo sobre como a Alemanha buscava proibir a cultura “trash” (a cultura “baixa”, lasciva etc.) desde o início do século XX, Kara Ritzheimer explica que esses esforços familiarizaram a população “com a ideia de que autoridades públicas poderiam determinar, com competência, quais livros ou filmes eram apropriados”.<sup>18</sup> Muito embora a motivação de censura ao “trash” seja diferente da censura nazista com motivações racistas, o uso do “poder do estado para suprimir cenas ofensivas [de filmes] sem dúvida ajudou a aclimatar a população à supressão da indústria do cinema conduzida pelo estado”; essas medidas “não anteciparam as leis nazistas de censura em termos de intenção, mas elas sim imbuíram a regulação estatal da indústria do cinema de legitimidade e respeitabilidade”.<sup>19</sup> E Guenter Lewy, em seu estudo sobre a censura de livros durante a Alemanha nazista, informa que os governos anteriores prepararam “passo a passo” as medidas repressivas que depois foram ampliadas pelo regime nazista.<sup>20</sup>

## 6

No episódio #488 do *Flow Podcast*, os anfitriões Monark e Igor 3K conversaram com Antonio Tabet, humorista, roteirista e um dos criadores do *Porta dos Fundos*. Durante a conversa, lá pelo meio do programa, eles discutiram e polarizaram-se em torno do tema da Liberdade de Expressão: Tabet defendeu uma visão mais restritiva, afirmando que determinadas expressões, como discursos de ódio, devem ser restringidas; e Monark defendeu uma visão mais libertária, expondo os riscos inerentes à regulação estatal de qualquer expressão. O debate foi profícuo, e recomendo aos interessados que assistam ao episódio;<sup>21</sup> mas aqui, por ora, quero enfocar um argumento específico utilizado por Tabet.

Em determinado momento da conversa, Monark diz que não gosta da ideia de que alguém deva ter poder suficiente para adjudicar o que pode e o que não pode ser dito. Diante disso, Tabet diz: “Sabe por que você não gosta? Porque você não está nesse grupo.” Monark fica meio incrédulo, diz “pode ser, mas eu não acho que seja por isso”, mas Tabet arremata dizendo “pode ser não, é claro que é”, e que se Monark fosse “preto”, “trans” ou “gay”, ele concordaria com a proibição do discurso de ódio que atingisse essas minorias, ou pelo menos a minoria a que Monark pertencesse.

Essa posição é bastante comum no debate público, e ela afirma duas coisas simultaneamente: a) que se você for parte de uma minoria, você naturalmente concordará com restrições à Liberdade de Expressão, no sentido de que protejam essa minoria; e b) que a restrição à Liberdade de Expressão é benéfica para as minorias.

A primeira afirmação é contraditória com os fatos, alguns deles narrados aqui neste capítulo: há negros e judeus que defendem a Liberdade de Expressão para discursos de supremacismo branco e de antissemitismo, assim como há homossexuais que defendem a livre-expressão inclusive da homofobia. Assim como qualquer outra pessoa, um membro de uma minoria é perfeitamente capaz de, em posição de princípio, defender a Liberdade de Expressão de todos, inclusive daqueles que promovam discursos de ódio contra a sua minoria.<sup>22</sup> Lembrando: não se trata de aprovar a qualidade moral desses discursos, evidentemente, mas apenas de reconhecer o direito à Liberdade de Expressão mesmo dos discursos mais torpes. É possível reconhecermos o direito à livre-manifestação ao mesmo tempo em que reconhecemos que alguém faz mau uso desse direito.<sup>23</sup>

Essa primeira afirmação consiste, assim, ou em um erro (honesto) provocado pelo desconhecimento mesmo acerca da história e do debate sobre a Liberdade de Expressão, ou em um mero instrumento retórico para deslegitimar a opinião de alguém com base em seu status social ou demográfico.

Mas a segunda afirmação demanda uma explicação maior: restringir a Liberdade de Expressão é benéfico às minorias?




**CONFIRA**

**OUTROS**

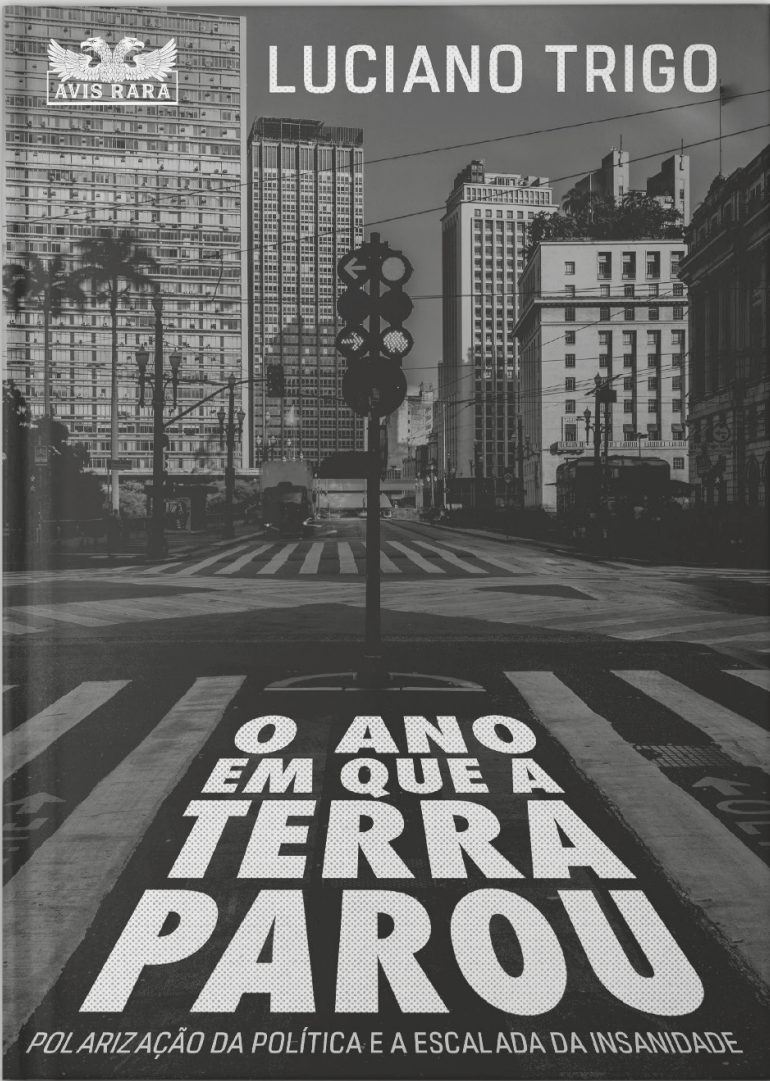
**LIVROS**

**AVIS RARA**



**RODRIGO  
CONSTANTINO  
PENSADORES  
DA LIBERDADE**





  
AVIS RARA

LUCIANO TRIGO

O ANO  
EM QUE A  
TERRA  
PAROU

*POLARIZAÇÃO DA POLÍTICA E A ESCALADA DA INSANIDADE*

**RAFAEL FONTANA**

**CHINOBYL**



**UMA JORNADA PELAS ENTRANHAS DA  
DITADURA COMUNISTA**



GUILHERME FIUZA

# PASSAPORTE 2030



O SEQUESTRO SILENCIOSO  
DA LIBERDADE



**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA  
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

**[www.faroeditorial.com.br](http://www.faroeditorial.com.br)**

CAMPANHA



Há um grande número de portadores do vírus  
HIV e de hepatite que não se trata.  
Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite  
é mais rápido do que ler um livro.

**FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!**



**ESTA OBRA FOI IMPRESSA  
EM JUNHO DE 2022**